

ALDEN, Dauril e DEAN, Warren, ed. — *Essays concerning the Socioeconomics History of Brazil and Portuguese India*. Gainsville, The University Presses of Florida, 1977.

Dois dos mais consagrados *brazilianists*, Dauril Alden, especialista em história colonial, conhecido por seu alentado trabalho sobre o Marquês do Lavradio e sua época e Warren Dean, o historiador da industrialização de São Paulo (1880-1945) reunem, nesta recente edição, oito ensaios inéditos em torno da história econômica e social do império português (na América e Índia) e do nosso período imperial e da Primeira República.

*Trabalho* é o tema dominante, uma vez que, com ele, preocuparam-se seis dos oito autores. Isto se levarmos em conta que serviço militar e prestação de serviços podem ser aí classificados: Michael C. Mc Beth — *The Brazilian Recruit during the First Empire: Slave or Soldier?*; Frank D. Mc Cann — *The Nation in Arms: Obligatory Military Service during the Old Republic*; Gerald Michael Freenfield — *Lightning the City: a Case Study of Public Services Problems in São Paulo, 1885-1913*; June E. Hahner — *Women and Work in Brazil, 1850-1920: a Preliminary Investigation*; Thomas H. Holloway — *Immigration and Abolition: the Transition from Slave to Free Labor in the São Paulo Coffee Zone* e Sheldom L. Maran — *The Immigrant and Brazilian Labor Movement: 1890-1920*.

Os dois estudos restantes, M. N. Pearson — *The People and Politics of Portuguese India during the Sixteenth and Early Seventeenth Centuries* e Catherine Lugar — *The Portuguese Tobacco Trade and Tobacco Growers of Bahia in the Late Colonial Period* referem-se à política e sociedade e à produção e comércio respectivamente, focalizados em épocas anteriores às dos primeiros trabalhos.

Preparados inicialmente para o 7º Colóquio Luso-Brasileiro a se realizar na Flórida International University em 1975 e que acabou sendo cancelado, tais estudos enfeixam novas contribuições criteriosamente preparadas e amparadas por forte aparato documental.

A filosofia do recrutamento militar como aproveitamento do pobre, do desamparado, enfim, do socialmente indesejável é focalizada por Michael Mc Beth. Em razão de todos os problemas inerentes a este tipo de mobilização quase compulsória, pretendeu a Regência, a partir de 1831, modificar aquela sistemática através do aparecimento da *Guarda Nacional*. A identificação popular entre soldado e escravo não estava longe de ser verdadeira. Na Câmara de Deputados, insistentes clamores levantavam-se contra este estado de coisas. O Autor vê, na situação do

soldado da época, um "real desafio à sociedade e ao sistema político aos quais, em princípio, ele devia proteger". Portanto, e claramente, um paradoxo!

Frank Mc Cann estuda, já em tempos republicanos, o estabelecimento do serviço militar obrigatório. Preconizava-se, em 1890, que "a educação pelas armas era um fator a estabelecer um justo equilíbrio entre as diversas classes que constituíam a sociedade brasileira". A classe média demonstrou, de início, um grande entusiasmo pelo serviço militar, levada talvez pelas vitórias brasileiras sobre a Bolívia e o Peru nos anos 1904-1905. Só "a nação em armas" teria condições reais para bem explorar, utilizar e assegurar a vastidão territorial do país. Isto não obstante, as preocupações da oficialidade para com o comportamento de seus próprios soldados, preocupações agravadas com a tentativa de rebelião na Escola Militar (1904). A indisciplina e insubordinação grassavam, talvez, como consequência da associação, que fazia o brasileiro de então, entre submissão e obediência, de um lado e escravidão, do outro. Para corrigir tais distorções, muitas reformas foram introduzidas na vida militar, tanto quanto iam surgindo instituições paralelas de incentivo ao "militar" (Clubes de Tiro, Liga da Defesa Nacional). Em sucessivo crescimento, as forças militares estaduais e o Exército viriam a ter importante papel nos acontecimentos de 1930 e nos que se seguiram. Papel bem diferente, provavelmente, do que destinava Olavo Bilac à sua idéia do serviço militar obrigatório, à sua "nação em armas".

A preocupação de Gerald Michael Greenfield foi para com a instalação e evolução dos serviços de iluminação a gás em São Paulo entre 1885 e 1913. Tais melhoramentos decorreram do próprio progresso da cidade, cujas novas estruturas, passaram a exigí-los. Pela mesma razão, originaram-se problemas advindos, mais que tudo, do grande crescimento da população. O que antes constituía-se em "luxo", tornara-se "necessidade" iluminação de ruas, sistemas de canalização de água e esgotos, coleta de lixo... A organização de tais serviços requeria *know-how* obviamente não existente *in loco*. Assim, foram ingleses que inauguraram a iluminação urbana através da *São Paulo Gas Company* (1872). Mas foram nacionais que iniciaram a Companhia Água e Luz (1886). Todos os problemas políticos e econômicos inerentes a concessões deste tipo, fosse a brasileiros ou a estrangeiros, foram descritos pelo Autor, com base em documentação primária existente no Arquivo do Estado de São Paulo.

O trabalho feminino no Brasil de 1850 a 1920, apresentado em forma preliminar, é a contribuição de June E. Hahner. Seu enfoque é para a estrutura do emprego, as condições de trabalho, salários e as opiniões acerca da mulher trabalhadora. Distintamente do trabalho camponês onde, na agricultura, o esforço comum da família é frequente e natural, nas cidades, o trabalho feminino fora do lar aparece, na época, como exceção. Mudanças, neste sentido, aconteceram lentamente no Brasil. A partir de 1850, é possível encontrar algumas mulheres, ainda que raras, atuando na vida econômica do país e, não só como trabalhadoras, mas também como comerciantes e empresárias, especialmente as viúvas de homens de negócios. Quanto às demais atividades, em grande destaque, como é óbvio, a educacional, seguida da medicina e das leis. E, para a maioria das mulheres, serviço doméstico a terceiros, no qual também se ocupavam grande número de negras, mesmo depois da Abolição. A expansão industrial viria a trazer as mulheres para as fábricas. Este trabalho feminino, no entanto, assim como o dos menores, seria qualificado como "exploração". Tal contestação alarmava alguns empregadores: havia sempre a possibilidade do conflito capital-trabalho, e começavam a configurar-se as manifestações socialistas e anarquistas. Pensadores conservadores consideravam o trabalho feminino como "anti-natural, anti-social e anti-econômico". As mulheres da indústria reagiam às discriminações, muitas delas já engajadas nas doutrinas anarquistas, trazidas por imigrantes italianos. Entretanto, mesmo entrado o século XX, a mulher trabalhadora, tanto quanto o seu trabalho, não conseguiram sair da posição auxiliar e subalterna ao labor masculino.

A transição entre o trabalho escravo e o livre, na lavoura cafeeira em São Paulo, é vista por Thomas H. Holloway sob a rubrica *Imigração e abolição*. Considera o Autor que o fundamental, no caso, é a questão das necessidades do trabalho versus os recursos disponíveis. Os fazendeiros do café resistiram à abolição, mas acabaram por bem acolher o fim da escravidão, já que era a forma de acabar com os problemas políticos e sociais que a campanha abolicionista gerara. Usando a relação entre mão-de-obra necessária por pé de café e o número empregado ou disponível de escravos, o Autor demonstra os prejuízos acarretados pela diminuição do número de negros (em decorrência das leis restritivas e das fugas em massa suscitadas pela propaganda).

anti-escravagista). As fontes alternativas de suprimento de mão-de-obra foram procuradas no trabalho livre. Este foi estudado, desde as tentativas do Senador Vergueiro até as iniciativas das Companhias Promotoras e outras. Toda a evolução da imigração italiana nos primeiros tempos foi exposta através de fontes primárias oficiais e de obras como as de Paula Beiguelman, Michael Hall e Lucy Maffei Hutter. A conclusão é a de que a elite paulista não se posicionou totalmente pró-escravatura, como também não pró-café, pró-fazendeiro, nem pró-imigrante italiano. Seu interesse era em função da produção, lucros, acumulação de capital e expansão. Sustentaram-na, portanto, apenas enquanto economicamente viável. Depois da abolição, entretanto, partiram para outras soluções, tema que inicia o ensaio que se segue. Para estudar o aparecimento do movimento trabalhista no Brasil, Sheldon Maran parte dos fins do século XIX, com a chegada de grandes contingentes de imigrantes europeus. Passando a focalizar a fase em que aquela gente começa a atuar na indústria em São Paulo, aborda o movimento operário em que se engajaram italianos, tendo a seu lado portugueses e espanhóis. Estuda as pressões, perseguições, deportações e divisões internas que sofreram, vendo, nesta instabilidade, uma das mais fortes razões da fraqueza e colapso do movimento operário no Brasil de então.

O retrato que nos fornece Pearson é o da ação da sociedade portuguesa na Índia nos séculos XVI e XVII. Demonstra que suas divisões por reinois, castiços e mestiços ou por eclesiásticos, nobres e povo ou, ainda, por "soldados" e casados", interpenetram-se e confundem-se, estabelecendo-se um quadro "especial" de sociedade colonial. E, neste, pesa, antes que tudo, a faceta militar. A presença portuguesa no litoral asiático define-se por uma linha de Fortes cercados de uma massa de população nativa, freqüentemente hostil. A tensão, que nunca deixou de existir, iria tornar-se mais pesada quando, no século XVII, ingleses e holandeses passaram a ameaçar a presença lusa na Ásia. Os interesses comerciais portugueses eram representados pelas Câmaras Municipais. Mas estas nada puderam fazer para amainar conflitos e choques de poder, principalmente em momentos em que, a par das pressões exercidas pelos europeus, acendiam-se as lutas com os nativos.

A história da exploração colonial do tabaco é apresentada por Catherine Lugar como um emaranhado de relações entre a Coroa, os cultivadores do tabaco e os exportadores. Nestas relações atuavam fortemente as condições do próprio "contrato do tabaco" as medidas governamentais para impedir o contrabando e controlar a qualidade do fumo. O estudo está centrado na principal área daquele cultivo, isto é, o Recôncavo Baiano, no período 1775-1835. As fases anteriores, isto é, o século XVII e a primeira metade do século XVIII representam, respectivamente, o estabelecimento e o desenvolvimento. A seguir, a grande época da diversificação por várias espécies de tabaco. Cada uma delas é analisada longamente, detendo-se a Autora nas quaeções de mercado. Os comerciantes do fumo foram, dentre os demais homens de negócios durante a colônia, os que mais se sentiram explorados pelo governo português, através dos todo-poderosos monopolistas de Lisboa. Este sentimento viria a refletir-se, nos anos vindouros, nas manifestações anti-portuguesas que grassaram na Bahia.

Não obstante a disparidade de enfoques, períodos, áreas e de uma certa evidência em algumas das conclusões, esta coletânea vem demonstrar, uma vez mais, que os *brazilianists*, malgrado todas as restrições que lhes têm sido feitas, continuam a apresentar à historiografia brasileira monografias bem estruturadas e possuidoras da decantada abundância de fontes que lhes é característica, o que, afinal, tem-nos sido da maior utilidade e proveito. — Heloísa Liberalli Bellotto.

**BRASIL/JAPÃO 70 anos de cooperação. Seleção dos melhores trabalhos do concurso JETRO de ensaios Brasil/Japão. São Paulo, Japan Trade Center, 1978. 208 p.**

Tendo por meta o incremento das investigações relativas ao intercâmbio entre os dois países em questão, a Japan Trade Center de São Paulo promoveu um concurso quando da passagem do 70º aniversário da imigração japonesa no Brasil.